

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

IMIGRANTES NA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO: CONSTRUÇÃO DO PERFIL DA COMUNIDADE PORTUÁRIA, ENTRE 1870- 1920.

Alcidesio de Oliveira Júnior
Professor Adjunto da UERJ
alcidesio.oliveira.junior@uerj.br

Peter Burke afirmou que os historiadores são “os guardiões de fatos incômodos, os esqueletos no armário da memória social”. (BURKE, Peter. 1992, p.251). A História, em sua visão, deve incomodar, desacomodando o que está acomodado. Este é meu ponto de partida. Isto posto, duas acomodações precisam ser revisitadas para tratar o tema que me proponho a pesquisar: imigrantes na Região Portuária do Rio de Janeiro.

A primeira e, creio, menos polêmica, diz respeito ao entendimento da delimitação da Região Portuária. Dois eventos relativamente recentes nos impedem, hoje em dia, de ver a Região Portuária como um todo contínuo: a abertura da Avenida Presidente Vargas, em 1943, dividindo e separando bairros, indo da Candelária até a Praça da Bandeira (LIMA, 1990); e a remodelação da área do cais do porto e seu entorno imediato, chamado de Projeto Porto Maravilha, em 2011 (OLIVEIRA JR, 2020).

Em outro texto tratei destes dois marcos (OLIVEIRA JR, 2020), só cabe aqui recordar que, tomar marcos atuais para tratar a geografia de períodos anteriores traz um empobrecimento na compreensão histórica. Para evitar esta postura anacrônica é necessário buscar como era definida no período estudado a Região Portuária.

Pode-se traçar um paralelo com *o lugar* da negritude na geografia da cidade, que foi também um lugar em disputa, por exemplo, entre o bairro da Saúde e Praça Onze, pelo título de *berço do samba*. (SOARES, 1999, p. 125). Jota Efegê, no artigo "*Onze de junho - a praça do samba*" afirmou que:

O velho Rocio Pequeno, o remoto Largo de S. Salvador, não foi o berço do samba, como alguém afoitamente o apresentou. O samba, perseguido, fora da lei, já desafiava a polícia em vários redutos da cidade (Rua Senador Pompeu,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Pedra do Sal, morro da Favela, Arraial da Penha, etc.) e só para ali se encaminhou em fins da primeira dezena deste século. (EFEGÊ, 2007, p.76).

Tanto a Praça Onze, que foi palco do Carnaval carioca, de 1912 a 1942, como a Pedra do Sal, que fica no bairro da Saúde, na encosta do Morro da Conceição, estão localizados na antiga zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. Junto com São Cristóvão e a Cidade Nova, fechavam um arco territorial, que chamamos de Zona Portuária. Segundo Bruno Carvalho “o pólo de desordem corresponde precisamente à Cidade Nova, com seus caboclos, ciganos e festividades tentadoras, enquanto a autoridade e a lei emanam do centro da cidade, sede do poder real e militar”. (CARVALHO, 2019, p. 59).

Assim, tomo como Região Portuária no período a área que vai do espelho d’água até os morros do Estácio (São Carlos), Mangueira (Telégrafo), Tuiuti, Barreira do Vasco e Morro da Conceição, englobando as planícies do entorno e os morros da Providência (Favela), Pinto e Saúde. Este recorte é válido, sobretudo, após a construção do Porto Novo, entre 1904-1910, e foi extraído dos relatos em obras literárias de autores como João do Rio, Jota Efegê, Lima Barreto, Antônio Fraga, Machado de Assis e Vagalume. Assim como de entrevistas arquivadas no MIS (Série Pioneiros do Samba; Depoimentos para a posteridade; A voz do povo de Santo; As vozes desassombradas do Museu), IPHAN (Mapeamento de terreiros de candomblé no Rio de Janeiro) e Cinemateca do MAM-RJ (Arquivo Corisco Filmes).

A segunda acomodação é a ideia do “*Porto Negro*”. Tomo este termo de empréstimo da professora Erika Bastos Arantes, tanto em sua Dissertação “O porto negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX”, quanto em sua Tese “O porto negro: cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do século XIX para XX”. Que sintetizaria uma perspectiva da presença maciça e, em certos momentos, parecendo ser exclusiva, de negros africanos ou brasileiros na região.

Essa perspectiva não é exclusiva de uma visão interna a Academia, muito menos do século XXI. Em 1904, João do Rio, escreveu que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Da grande quantidade de escravos vindos para o Rio no tempo do Brasil colônia e do Brasil monarquia, restam uns mil negros (só no cais). São todos das pequenas nações do interior da África, pertencem ao igesá, oié, ebá, aboutm, haussá, itaquá, ou se consideram filhos dos ibouam, ixáu dos gêge e dos cambindas. Alguns ricos mandam a descendência brasileira à África para estudar a religião, outros deixam como dote aos filhos cruzados daqui os mistérios e as feitiçarias. Todos porém, falam entre si um idioma comum - o eubá [yoruba]. E conclui: Antônio, que estudou em Lagos, dizia: O eubá para os africanos é o inglês para os povos civilizados. Quem fala o eubá pode atravessar a África e viver entre os pretos do Rio. Só os cambindas ignoram o eubá, mas esses ignoram até a própria língua, que é muito difícil, quando os cambindas falam, misturam todas as línguas. Agora os Orixás e os Alufás só falam o eubá. (João do Rio, 1904, p.56).

Destacando assim o vínculo direto dos negros do cais com a África e sua forte presença na região.

Também, mais recentemente, Roberto Moura, falando sobre a década de 1890, escreveu que

Em 1890, dois anos depois da abolição, dos 74.785 empregados domésticos da capital, 41.320 eram negros; 21.009, brasileiros brancos; e 12.375, estrangeiros. Dos negros, 48% dos ativos trabalhavam nos serviços domésticos. A maioria estava submetida a um regime de subemprego, situação que era também permitida pela ‘proteção’ paternalista dos patrões, que mantinham sua boa consciência complementando os magros pagamentos com o fornecimento de roupas velhas e objetos usados, o que se torna uma solução de uso corrente entre as partes. (MOURA, 1983, p.76).

E continua,

Quanto às festas, que se tornam tradicionais na casa de Ciata, a respeitabilidade do marido, funcionário público depois ligado à própria polícia como burocrata, garante o espaço que, livre das batidas, se configura como local privilegiado para as reuniões. Foi na Pequena África que Ismael Silva fundou a primeira escola de samba do Rio de Janeiro. Batizada de Deixa Falar, ela fez parte do carnaval carioca de 1929 a 1931. (MOURA, 1983, p.84).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Destacando assim o poder das relações interpessoais e do prestígio para criação de um dos símbolos atuais deste “porto negro”. É a Pequena África, nomeada por Heitor dos Prazeres que, em teoria, foi resgatada recentemente no “Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana”, pelo Projeto Porto Maravilha. Resgatada, mas de forma parcial, fragmentada e pontual.

Nas palavras de Lima:

O homem produz cultura em sua intervenção na natureza. Os monumentos e construções constituem a memória coletiva do povo. Este, sem o referencial ao qual está habituado, perde a relação com o significado do espaço, da aldeia, da cidade. O ambiente atua na definição da própria personalidade da população que residia nas áreas. Estes grupos conferem aos espaços que ocupam uma determinada qualidade, da mesma forma que aqueles espaços específicos espelham a alma de seus moradores. (LIMA, 1990, p.13).

Tendo estes dois pontos, a geografia histórica da Região Portuária no período e a ideia do Porto Negro, minhas reflexões partem em busca do social que habitava esta região. Creio que da fusão destes dois pontos podemos fugir da visão fragmentada sobre a composição social da região. O que torna este trabalho de fuga complicado?

Já existem estudos sobre presença negra na região; assim como estudos sobre portugueses; estudos sobre italianos; estudos sobre espanhóis; estudos sobre poloneses; estudos sobre judeus; estudo sobre ingleses; estudos sobre prostituição feminina (o que inclui as ditas “francesas” e “polacas”); estudos sobre operários e trabalhadores portuários na região. Mas há uma carência na conexão com o todo. O que gera uma visão hipertrofiada de suas parcelas.

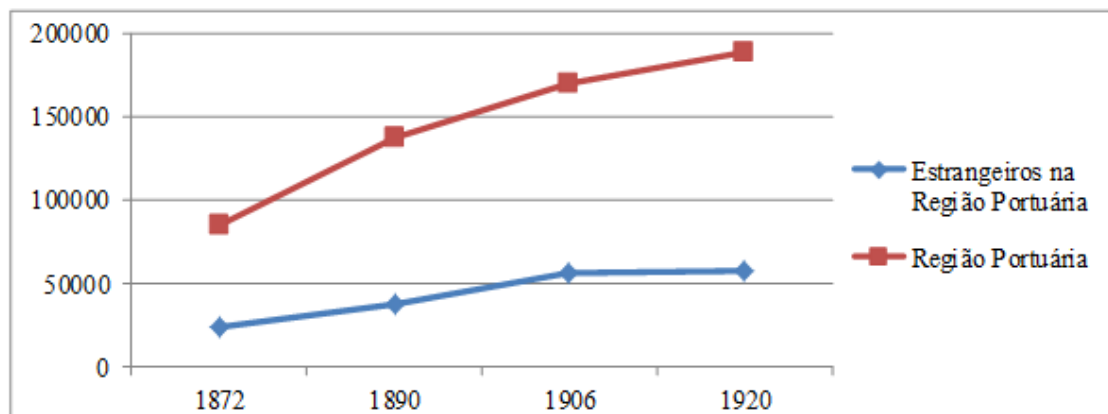
Quando há desproporção entre a realidade vivida e a imagem desta realidade, corremos risco de exagerar ou menosprezar aspectos do cotidiano e da estrutura das relações de uma determinada realidade histórica.

O deslocamento populacional de uma região para outra, sempre pode ser percebido como violento. Não é fácil abandonar suas origens, o seu lugar, seus familiares, enfim suas histórias, para tentar a vida em outro lugar, embora isso possa

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

estar envolvido numa aura de esperança para estes agentes históricos. Ao observarmos a composição social e cultural da comunidade portuária do Rio de Janeiro entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, podemos perceber uma realidade bastante complexa onde, além da presença de afro-brasileiros, são encontrados diversos estrangeiros, europeus e asiáticos. Para se referir a eles a historiografia os trata como imigrantes que vieram, de uma forma geral, “fazer a América”. Já escravos e libertos, africanos ou afro-descendentes, são referidos com menção a “diáspora”.

A comparação da presença de brasileiros e estrangeiros na região (freguesias de Santana, Santa Rita, São Cristóvão e Gamboa) mostra que, no decorrer de 1890, 1906 e 1920, segundo os respectivos Censos, tanto a presença quanto a proporção se manteve constante e expressiva.



FONTE: BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Censos de 1872, 1890, 1906, 1920.¶

Ajudou para isso a localização estratégica, próximo a locais com farta oferta de trabalho para uma diversidade de mão-de-obra qualificada, ou não. Assim como o estabelecimento de redes de parentescos (sanguíneos e culturais) e de vizinhança que oferecia apoio afetivo, econômico e profissional a quem chegava e se estabelecia. A ponto de algumas ruas passarem a ser pontos de referência, formando verdadeiras redes sociais. Redes estratégicas de solidariedade e cooperação entre imigrantes de uma mesma região.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Paróquias	Brasileiros 1890	Estrangeiros 1890	Brasileiros 1906	Estrangeiros 1906	Brasileiros 1920	Estrangeiros 1920
Santana	43.311	24.074	23.077	14.189	40.632	15.423
Santa Rita	26.725	16.876	28.349	17.580	38.164	13.650
São Cristóvão	17.210	4.878	36.179	8.919	59.332	10.867
Gamboa	-	45.828	26.644	15.405	50.699	17.403
Total na Zona Portuária	87.246	155.202	114.249	56.113	10.274	2.098

Além dos negros identificados como africanos havia os negros nacionais chamados pelas fontes (sobretudo orais) de “Baianos” vindos pós-“crise” do açúcar (da área central e do Recôncavo baiano), após 1820; pós-revolta dos malês (sobretudo islâmicos), após 1835; pós-fim do Tráfico Negreiro, após 1850. E os chamados “Mineiros” vindos pós-crise do café no Vale do rio Paraíba do Sul, após 1870; e pós-abolição (das regiões das antigas minas), após 1888. Por exemplo, somente entre os anos de 1872 e 1876 chegaram ao Rio de Janeiro 25.711 escravos vindos do Norte e Nordeste.

Em Tese apresentada a Faculdade de Medicina, em 1872, intitulada “Da prostituição em geral”, Francisco Ferraz de Macedo disse haver na freguesia de Santa Rita 25 prostitutas, sendo 13 nacionais e 12 estrangeiras. Na região do mangue um total de 69, 85% destas “mulheres públicas” eram brasileiras (maioria de fluminenses, seguidas pelas baianas e pernambucanas). Na região do cais havia 30, 15% estrangeiras (maioria portuguesas, seguidas por francesas e espanholas). A presença imigrante chama atenção nestes dados.

Sobre esta presença. Segundo o censo de 1872, os portugueses na freguesia de Santa Rita eram 9.024, de um total de 34.835 moradores (25,9%) e na de Santana 8.010, de um total 38.903 (20%). Os portugueses na freguesia de Santa Rita, entre 1881 e 1938, por exemplo, dedicavam-se ao setor de comércios de “secos e molhados”, bares e pensões.

Segundo Carlos Eugenio Líbano Soares,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A troca cultural entre escravos e imigrantes portugueses era mediada pelas experiências muito próximas de vida e trabalho na Corte, possivelmente mais estreitas do que aquelas entre cativos e brancos pobres na cidade. Podemos dizer, sem sombra de dúvida, que a grande maioria dos brancos que primeiro se envolveram com o jogo da capoeira eram de origem lusa. (SOARES, 1997, p.702).

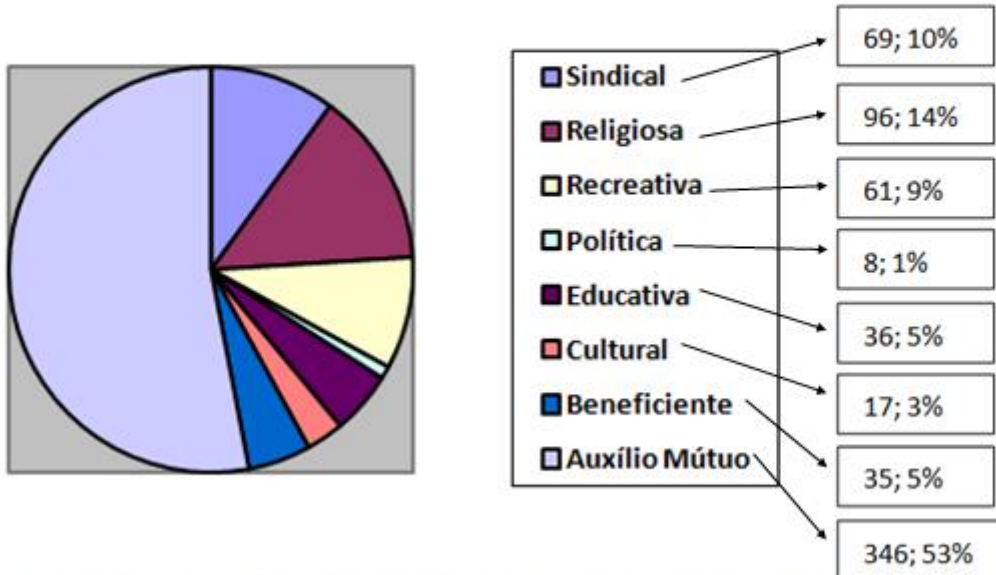
As trocas culturais aqui destacadas não podem encobrir a concorrência e conflitos, mas indicam a proximidade das experiências.

Segundo Brasil Gerson, os italianos “fundaram uma de suas principais sociedades no Brasil, o Círculo Italiano de Instrução, na Praça Onze, freguesia de Santana, uma localidade onde vivia a maior parte desses imigrantes”. (GERSON, 2000, p.185). Mesma Praça Onze onde Tia Ciata tinha residência e reunia negros em seus cultos, sambas e comércios. Segundo Roberto Moura a região nomeada por Heitor dos Prazeres de “Pequena África”, era um Rio de Janeiro “que se estendia da zona do cais do porto até a Cidade Nova, tendo como capital a praça Onze”. (MOURA, 1983, p.76).

Segundo o censo de 1906 a população espanhola estava distribuída pelas freguesias de São José, Santa Rita, Santo Antônio e Gamboa, em ordem de importância numérica. Em Santa Rita, por exemplo, em 1890, dos 43.601 habitantes, 12.315 eram portugueses e 1.720 eram espanhóis. Ela era tida como moradia de galegos no início do século XX. Segundo Erica Sarmiento, “*a prova da existência de uma colônia galega sólida nessa freguesia é o número de galegos que viveram na Rua Camerino*”. (SILVA, 2013, p. 9). Estes galegos, entre 1881 e 1938, dedicavam-se ao setor de hotelaria e hospedaria. Em 1900, na Rua Senador Pompeu, foi fundado o Centro Galego, as associações étnicas tendiam a estar localizadas nas áreas próximas aos seus emigrantes. (SILVA, 2006, p. 104). Esta é a deixa para a próxima etapa da pesquisa, as associações na região.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Quantidade de associações por tipo no Rio de Janeiro, 1903-1916:



832 registros, relativos a 668 associações, desconsiderando as ordens e congregações religiosas e empresas ostensivamente declaradas como lucrativas. O registro era feito no Registro Especial de Títulos e Documentos e/ou Secretaria de Polícia do Distrito Federal (Arquivo Nacional) (autorização para funcionarem por terem caráter recreativo: clubes esportivos, dramáticos, de dança, carnavalescas)

Na busca pelo social surgiu a questão da identidade multidimensional destas pessoas e grupos. Marcada pela plasticidade e multiplicidade identitária, por relações de conflito e cooperação interétnica, assim como por posições assimilacionistas ou de resistência, com tendências complementares e não necessariamente antagônicas.

Nas palavras de Roger Bastide, “toda acomodação ou sincretismo é sempre mais ou menos ‘contra-aculturativo’”. Qualquer elemento, uma vez implantado no novo contexto, está sujeito a adaptações, transformações, ressignificações e apropriações por parte de outros grupos.

Esta interculturalidade, formada pela interpenetração ou bricolagem criativa, gerou algo novo, um caldo novo de cultura. Uma cultura portuária. Singular em relação ao restante da cidade, mas com aspectos em comum com outras regiões portuárias. É essa dinâmica e maleabilidade dos processos de identificação segundo os interlocutores e as circunstâncias o que precisamente estou procurando apontar.

Por fim, volto a epígrafe, retirada de Peter Burke, diz ele:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Heródoto imaginou os historiadores como guardiães da memória, a memória de feitos gloriosos. Eu prefiro ver os historiadores como os guardiães de fatos incômodos, os esqueletos no armário da memória social. Existiu em tempos um oficial chamado Recordador (*Remembrancer*). O título era na realidade um eufemismo para coletor de impostos; o trabalho do oficial consistia em recordar às pessoas aquilo que elas gostariam de esquecer. Essa é uma das funções mais importantes do historiador. (BURKE, Peter. 1992, p.251).

Bibliografia:

BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos: Um Hausman Tropical*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. RJ: Cia das Letras, 1987.

CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares*. Rio de Janeiro, 1886-1906. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca/PCRJ, 1995.

CHALOUB, Sidney. *Cidade Febril*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996

CHALOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: UNICAMP, 2001 (2ª Ed.).

CRUZ, Maria Cecília Velasco. *Virando o Jogo: Estivadores e Carregadores no Rio de Janeiro na Primeira República*. São Paulo, Tese de Doutorado, FFLECH/USP, 1998, mimeo.

CRUZ, Maria Cecília Velasco. *O Porto do Rio de Janeiro no Século XIX: Uma Realidade de Muitas Faces* in Revista TEMPO. Niterói, PPGH, nº 8, agosto/1999.

CRUZ, Maria Cecília Velasco. “Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café”, RJ, 1905-1930”. *Afro-Ásia*, Salvador/CEAO, UFBA, 2000. p.275-276.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

GERSON, Brasil. *Histórias das ruas do Rio*. RJ: Lacerda, 2000.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Espanhóis no Rio de Janeiro (1880-1914). Contribuição a historiografia da imigração*. Tese de concurso à Livre Docência de historiografia apresentada ao IFCH da UERJ, RJ, 1988.

JOÃO do Rio. *As religiões no Rio*. Paris: Garnier, 1904.

LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer. *Dos Trapiches ao Porto*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca/PMRJ, 1991.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca/PCRJ, 2006.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*. RJ: SMCTE, 1990.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. RJ: Arquivo Nacional, 1992.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. RJ: EDUERJ, 1996.

OLIVEIRA JR, Alcidesio de. “Zona Portuária do Rio de Janeiro: diásporas em territórios flexíveis”. In: HONORATO, Cezar. *Portos & Cidades Portuárias em questão*. Niterói: POLIS-UFF, 2020. p.124-164.

ROCHA, Osvaldo Porto. *A Era das Demolições*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca/PCRJ, 1995.

SEVCENKO, N. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo, Brasiliense, 1984

SILVA, Érica Sarmiento da. “Espaço urbano e redes de solidariedade nos estudos migratórios: o caso das freguesias cariocas (século XIX e XX)”. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História-ANPUH*. Natal, 2013.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SILVA, Érica Sarmiento da. *Galegos no Rio de Janeiro (1850-1970)*. Tese de doutorado. Faculdade de Geografia e História. Universidade de Santiago de Compostela, 2006.

SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. RJ: Ed. Ática, 1990.

SOARES, Carlos Eugénio Líbano. “Dos fadistas e galegos: os portugueses na capoeira”. *Análise Social*, vol. XXXII (142), 1997 (3º), 695-713.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.3. n.6.1990. p.207-228.